

Diversidade cultural: uma oportunidade para o fim do preconceito no ambiente escolar

Elaine Cristina Gomes Gonçalves

DOI: [10.47573/aya.5379.2.96.2](https://doi.org/10.47573/aya.5379.2.96.2)

RESUMO

Neste estudo foram apresentadas, propostas educacionais acerca do tratamento a ser empregado para com diversidade cultural, imersa nesse ambiente, a fim de promover nova realidade dentro dos paradigmas de convívio escolar. Compreender a influência dos reflexos econômicos que ocasionaram migração de sujeitos de outras culturas; propor estudo da contribuição do sujeito afrodescendentes na história brasileira, dos amparados jurídico para inclusão social de indivíduos pertencentes a grupos ou movimentos sociais com cultura convergente às classes conservadoras, e qualificar o sujeito “diferente”, como alguém com capacidade de aprendizado, são práticas que qualificam a diversidade cultural como uma oportunidade para fim do preconceito no ambiente escolar. Assim, as instituições de ensino precisam organizar suas estruturas educacionais, projeto político pedagógico, currículo, conteúdos, práticas e ações pedagógicas, formação inicial e continuada de docentes, para acolhimento igualitário, democrático e de qualidade, destituindo atmosfera preconceituosa e discriminatória nos seus diversos espaços de construção de saberes.

Palavras chave: diversidade cultural. comportamento. preconceito. sociedade. escola.

INTRODUÇÃO

A Diversidade Cultural que hoje encontra-se imersa em todas as esferas que circundam as relações sociais, tem obtido atenção de especialistas que estudam suas influências no contexto histórico em decurso, principalmente no ambiente escolar. Vale lembrar, que a escola é o cenário que traz em seu interior, a presença do plural de sujeitos constituintes das culturas que situam aos seus arredores e por esse fato, pode torna-se ferramenta de ação capaz de promover aprendizado que acolha a todos, sem preconceito ou comportamento seletivo e excludente.

O preconceito que institui as maneiras de agir e pensar diante daqueles que se apresentam diverso a massa dominante, precisa ser desfeito para dar espaço a comportamentos constituídos de uma visão horizontal, no sentido de definir e identificar todos como sujeitos de direitos e deveres dentro do espaço que ocupa.

A escolha deste tema surgiu da hipótese de ações e comportamentos, fundamentados no pensamento de que a Diversidade Cultural - étnicas, de gênero, orientação sexual, religiosas, entre outras, possa ser uma oportunidade para desalojar o preconceito que percorre os relacionamentos que transitam nos corredores escolares, “onde grupos majoritários persistem em uma atuação padronizadora, homogeneizadora e monocultural” (CANDAUI, 2008), com base em um relacionamento de submissão em sala de aula.

A educação é o maior mecanismo para propor práticas e ações que disseminem em ampla extensão, informações e esclarecimentos a respeito do diferente, com teor de agregação de valores, incorporando a temática que possa enunciar a convivência equilibrada entre o todo com os membros do diverso. Sendo composta por costumes, hábitos e valores, pode organizar-se com construção de projeto político pedagógico, estrutura curricular, práticas pedagógicas, gestão escolar e outros recursos que permeiam ações educativas voltadas para um convívio inclusivo e igualitário.

A presente pesquisa terá como fundamentação teórica, as literaturas, publicações e pesquisas que englobam a Diversidade Cultural no ambiente escolar, e como esse ambiente pode estruturar-se para transformar essa “problemática” (CANDAU, 2008), em uma oportunidade de destituir a atmosfera preconceituosa que o cerca, apropriando de ações, projetos e esforços dos sujeitos que compõem a comunidade escolar (professores, técnicos, pais e familiares), para uma educação inclusiva, de qualidade e democrática, que garanta a efetivação das multiculturas em seu ambiente interno (FREITAS, 2012; MOREIRA, 2008; CANDAU, 2008; LOEWE, 2011; SILVA, 1994; AQUINO, 1998; GOMES, 2006; MISKOLCI, 2015; PINSKY, 2009).

O estudo em epígrafe visa apresentar, análises voltadas a implementação de um convívio integrado dos educandos no cenário escolar, com referência a pluralidade cultural que habita esse ambiente, em que o estudo e compreensão da Diversidade Cultural, pode ser empregada para ocasionar o fim do preconceito no ambiente escolar, e se o tratamento direcionado a temática, tem oportunizado educação igualitária e inclusiva, ou percussora da continuidade do preconceito e discriminação.

Para que a educação exerça a sua função social de mediar o conhecimento voltado a uma formação cidadã em seus educandos, seu Projeto Pedagógico, suas práticas pedagógicas, o corpo de docentes e funcionários escolares, deverão estarem pautados em uma educação com saberes e conhecimentos acerca da multiculturalidade que encontra-se imersa nos corredores escolares, para promover o acesso de todos a uma educação de qualidade, democrática e inclusiva.

As práticas pedagógicas são dispositivos com capacidade de ocasionar envolvimento e participação de sujeitos para identificação dos “diferentes”, dos “outros”, envolvendo-os no contexto escolar, fazendo-os com que se sintam integrantes do processo educacional.

O período escolar é detentor de ações que enfatizem a integração social entre seus educandos, com espaços em sala de aula, mediado por um docente qualificado na temática “pluralidade cultural”, para estabelecer conhecimento entre os alunos, de que não há religião, cor de pele, ou posição social que estabeleça superioridade ou inferioridade entre os alunos, e sim que somos diferentes e complementares.

O conhecimento administrado com propósito de erradicar intolerância a quem se apresenta “diferente”, sensibiliza os seus participantes a reagirem a manifestações preconceituosas, desqualificando a opinião negativa a respeito do “outro” e fazendo presente sua visão de mundo, em que todos tem direito a educação.

Propor análise breve a respeito da Diversidade Cultural no ambiente escolar, seus sujeitos, suas manifestações, sua “marca”, de modo a possibilitar ao leitor, capacidade de identificação dos grupos culturais que percorrem os corredores escolares, e a construção de práticas pedagógicas que possam realizar encaminhamento dos integrantes do “adverso”, do “diferente” a toda a estrutura escolar, sem acompanhamento de atmosfera preconceituosa e excludente que insiste em posicionar a frente de uma educação inclusiva, acolhedora, de qualidade e com acesso para todos.

O presente estudo é uma pesquisa exploratória, de natureza qualitativa, sendo caracterizado, segundo a natureza dos dados, como uma pesquisa bibliográfica.

Dessa forma, o presente estudo foi estruturado em três seções, a saber:

A seção 1 aponta o surgimento da Diversidade Cultural, seu significado, e inserção nas relações sociais, a seção 2 esclarece as lutas e conquistas de grupos ou movimentos sociais que passaram a integrar a diversidade cultural não somente no contexto social, como no ambiente e escolar, e a seção 3 trata da maneira de como as instituições de ensino podem oportunizar a Diversidade Cultural para neutralizar preconceitos e discriminações em seu interior.

DESENVOLVIMENTO

A diversidade cultural como meio de transformação social

Diante de um mundo globalizado, obter informações e conhecimentos a respeito de localidades que oportunizem condições de vida favoráveis, com oferta de trabalho mais promissoras, educação, saúde e segurança, são fatores que convergem para um processo migratório, o qual o indivíduo se permite realizar deslocamentos em busca de qualidade de vida, sem contudo, desfazer-se de sua bagagem sócio – cultural ao local de destino, com o intuito de assegurar o bem estar individual e de sua família, sem que haja omissão de seus costumes frente ao novo ambiente ao qual estará inserido.

A Diversidade Cultural toma forma em velocidade, se apropriando dos diversos lugares, surgindo em ritmo equivalente, a necessidade de as escolas se adequarem para receber, interagir e garantir a permanência do novo integrante, alheio a cultura local, no contexto escolar.

Segundo Freitas (2012), diversidade está relacionado aquilo que é diverso, diferente e variado, e nas ciências sociais, diversidade encontra correspondência com as palavras alteridade, diferença e dessemelhança, sendo que a palavra diversidade, é mais genérica que as três demais e pode estar relacionada a cada uma delas em separado, ou às três ao mesmo tempo.

No dicionário Aurélio (p. 34, 2016), alteridade nos apresenta o significado de caráter diferente ou de qualidade do que é outro, e para Freitas (2012, p. 16), “[...] entendemos em ser um sentimento do indivíduo em ser outro. É por meio desse sentimento que conseguimos perceber o outro, o diferente, sem discriminá-lo pelas características que nos distinguem.”

Trata-se de um processo que tornou ponto de discussão nas esferas sociais, políticas, econômicas e educacionais, com discursos que distanciam da ideia de agregar algo mais próximo e palpável para uma realidade não com tempo de futuro, mas, com data presente. Isso implica em um passo a ser dado em direção ao que encontra-se instituído em nosso meio, Diversidade Cultural, com ações que permitam o convívio respeitoso e harmonioso de todos que participam nesse cenário.

Convém observarmos a importância de abordarmos as questões que refere-se a diversidade, sempre pautadas em entendimento e compreensão dos seus componentes, prevendo desconstituição de “falas” que venham a promover críticas amargas e acusações, por desconhecer as especificidades que constituem o sujeito ou grupo de sujeitos do diverso.

Nesse ponto, os meios de comunicação, em destaque os televisores, tem abordado em seus programas, temas que mencionam a diversidade ocupada nos mais diversos ambientes,

com maior atenção ao ambiente escolar, com participação e abordagem realizada por especialistas no assunto, contribuindo para a construção do respeito que é devido aos grupos sociais que lutam pelos seus direitos e reconhecimento de suas condições de vida, tanto como indivíduo instituído, como partícipe de um grupo social, adverso ao grupo dominante nos corredores escolares.

Faz-se importante retomar a questão do racismo, em que ainda predomina nas esferas sociais, não sendo diferente nas escolas, apesar de todo o alcance conquistado por esse grupo racial, com inclusão do estudo da história do povo negro no Brasil, englobando temas que embasam suas lutas e contribuições no território nacional. Conforme consta na Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003.

[...] tornar obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica. A lei dispõe que o conteúdo programático incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil (CNE, 2003).

A reforma quanto ao modo de ver o cidadão negro, situando-o através de sua trajetória, desde o percurso do aprisionamento para fins de tráfico de seus antepassados até a migração para o Brasil, para trabalhar como escravos nas grandes lavouras de café e dos barões de engenho de cana-de-açúcar, e lutas para fins de reconhecimento de identidade, explicita o cenário real que o absorveu, tornando-o parte da construção histórica e cultural do país.

As lutas do movimento negro no Brasil desde o século IX, muito já conquistou para promover um amparado jurídico e inserção maior do cidadão negro nas diferentes esferas sociais, no entanto, é no século XXI, no campo educacional, que o seu foco se convergiu, com a criação da lei 12.711/12, que determina a criação de cotas de vagas em universidades públicas para a população negra, assegurando amplitude do espaço universitário para inserção do estudante negro. A “Lei Caó”, de 1989, regulamenta o racismo como sendo crime imprescritível e inafiançável no país e há injúria racial (Art. 140, parágrafo 3º, Código Penal), que refere-se a ofensa a dignidade ou o decoro utilizando elementos de raça, cor, etnia, religião, origem ou condição de pessoa idosa ou portador de deficiência.

Desta forma, o conjunto de leis entorno dos direitos conquistados pelo movimento social negro, requer compreensão direcionado para essa diversidade étnico racial, que venham a impulsionar adoção para práticas que incidam em convivência igualitária através das atividades pedagógicas, da gestão escolar, e do composto educacional como um todo.

Com relação a diversidade de gênero, a sociedade apresenta-se diante de algo recente, porém, não excludente das preocupações constantes como as transformações que tem ocorrido em todas as classes sociais, é fato presenciarmos pais e mães resistentes a questão, e em sua maioria, direcionando para o ambiente escolar a responsabilidade de dialogar com seus filhos para suprir dúvidas e confusões criadas no entendimento destes. A escola é o espaço adequado para estudar temas atuais e transversais ao currículo escolar, mas é imprescindível a participação de todos no processo de esclarecimentos para um melhor posicionamento do assunto no todo do contexto.

Assim, as lutas dos movimentos sociais para obtenção de justiça nas questões que permeiam as opções de gênero, orientação e identidade sexual, passam a compor a estrutura de di-

versidade que requer educação para construção e fortalecimento dos aspectos comportamentais respeitosos a serem convergidos para situar os seus protagonistas como cidadãos merecedores de atenção, detentores de direitos e deveres dentro da sociedade.

Com base em Freitas (2012), as transformações ocorridas no contexto social, estão inseridos em uma realidade que nos cerca e que requer reflexão frente aos novos arranjos familiares:

Não há como ignorar as formas de relacionamentos, que dia após dia, vêm se tornando visíveis. Mesmo que setores mais conservadores da sociedade não aceitem, a realidade se concretiza, mostra-se e necessita que pensemos a respeito.

E essa é uma realidade que não fica do lado de fora da escola. Não se engane!

As diferentes formas de viver as afetividades e prazer, os novos arranjos familiares, e toda a gama de estilo de vida que foge aos padrões impostos pela sociedade, também fazem parte da realidade do ambiente escolar (FREITAS, 2012, p. 60-61).

Freitas (2012, p. 60) identifica a possibilidade de “[...] falar de uma cultura escolar que pode ser progressista, comprometida com o respeito e a dignidade dos diferentes segmentos sociais que a compõem”. O ambiente escolar pode torna-se desconstituído de preconceitos e comportamentos excludentes dos grupos adversos a massa padronizadora, frente a uma realidade presente em seu cotidiano.

A sociedade nos impõe padrões de comportamentos para identificar os sujeitos pertencentes ao grupo feminino e masculino. São simbologias e linguagens expressivas de uma sociedade que não consegue acolher as novas maneiras de manifestação de gênero, o que implica em agressões voltadas aqueles que não se encaixam nos moldes do grupo dominante, perpetuando inclusive para o ambiente escolar. No cotidiano escolar, Freitas (2012, p. 70), nos exemplifica como esses padrões são instaurados e praticados por uma grande parte de educadores:

“[...] Há pouco tempo, causava reações negativas quando meninas tentavam montar um time de futebol na escola. Isso porque essa era uma atividade considerada masculina, e, assim, corria-se o risco de as meninas serem masculinizadas. Ao contrário, quando um menino queria brincar com brinquedos de meninas, ou mesmo se vestir como uma delas, poderia eferminar-se.”

A formação continuada para os educadores, pode exercer papel fundamental quanto aos esclarecimentos de como lidar com questões de identidade de gênero ou orientação sexual no ambiente escolar, prevalecendo sempre atitudes que acolham a todos de modo igualitário e ausente de práticas excludentes e constrangedoras, principalmente com as crianças.

O Decreto Lei nº 7.037 de 21 de dezembro de 2009, aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH-3, e assegura através da diretriz nº 19, que sejam abordados os princípios de que tratam os Direitos Humanos em todo o sistema de educação básica, instituições de ensino superior e demais instituições formadoras. É a educação sendo tratada como expoente capaz de promover relações sociais harmoniosas, equilibradas e agregadas de comportamentos éticos, justos, através da formação de cidadãos críticos e produtores de transformação para construção de uma sociedade sem desigualdades.

Convém observar a presença de outro sujeito adverso a massa dominante, os deficientes físicos, antes excluídos dos processos educacionais, passaram a serem reconhecidos como sujeitos de direito, atuando e usufruindo dos recursos disponíveis para a sua evolução individual e profissional. A deficiência deixou de ser tratada como objeto de caráter seletivo e excludente, e

as capacidades cognitivas e emocionais do deficiente foram demonstradas como aptas para o aprendizado, como as de alguém considerado apto fisicamente. Para tanto, foi preciso impor lei a ser cumprida, visando combate ao conservadorismo existente nas escolas, baseadas na competitividade, produzindo uma visão redutora junto aos deficientes.

A inclusão do diverso é norteada por entendimentos que se estabelecem a partir do momento em que todos são tratados como possíveis de executar, elaborar, interagir, aprender, envolver dentro dos limites e cultura social que cada indivíduo traz para dentro do ambiente escolar.

Para tanto, a escola precisa compreender o encontro de culturas diversas de várias classes e grupos sociais que passaram a frequentar as salas de aula, e que nesse processo trabalhar com uma cultura única, poderá não atender aos objetivos para com a sua criação, a “mediação reflexiva que realiza sobre as interações e o impacto que as diferentes culturas exercem continuamente em seu universo e seus atores. (MOREIRA e CANDAU, 2003).”

Trabalhar com um currículo multicultural que oportunize aprendizado não somente de uma cultura centralizadora, mas das culturas que compõem a comunidade na qual a escola encontra-se, é o início para desnaturalizar e desconstruir ações pedagógicas repetidoras de ideologias que repassam os conhecimentos de uma época padronizadora de indivíduos homogêneos.

Outra questão é o fato de abordar a diversidade e o preconceito dentro da sala de aula, sempre que for identificado manifestação discriminatória nos corredores e demais ambientes escolar. O docente precisa estar preparado para desfazer as ideias que percorrem a discriminação para com o “diferente” ou “diverso”, por ser em sua maioria, práticas que enfatizam esses aspectos como “inferiores” aos aspectos do grupo coletivo dominador. Analisar e discutir com reflexão o porquê de um aluno se sobrepôr a outro como sendo superior, pode corresponder ao processo de desalojamento do convívio escolar de atitudes muitas vezes trazidas de fora para dentro da escola. Segundo CANDAU, 2003, uma proposta para esse desalojamento consiste em:

“Dinâmicas escolares, com práticas que oportunizem a valorização do “outro”, diálogo intercultural de modo a favorecer a construção de um autoconceito e uma autoestima positivo em todos(as) os alunos(as) constitui uma preocupação fundamental para se desenvolverem práticas educativas multiculturais. Essas questões não podem estar dissociadas do desenvolvimento do currículo. Ao contrário, devem estar profundamente articuladas com o modo por meio do qual cada escola constrói sua proposta curricular.”

A gestão escolar juntamente com os representantes da comunidade escolar (professores, técnicos, alunos, pais de alunos, e representantes da comunidade local), no momento da construção do projeto político pedagógico, deverão analisar e refletir as questões da diversidade cultural, para fins de apontamento de práticas pedagógicas que venham estabelecer um currículo que promova a multiculturalidade, convivência organizada das diferentes culturas de uma mesma sociedade, (FREITAS, 2013) e a interculturalidade no ambiente escolar, para o exercício da interação entre os pares (culturas distintas) e comunicação entre as culturas e diversidades abrangentes no seu interior.

A educação com os seus recursos humanos e espaços de saberes, deverão promover diálogo entre as culturas que a cercam e expor a todos os indivíduos que compõe esse campo, as conquistas alcançadas através das lutas dos grupos e dos movimentos sociais, para com o reconhecimento de suas identidades, o cruzamento das culturas nos ambientes sociais, e a

participação na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Diversidade Cultural refere-se ao novo cenário que o país vem construindo, através dos movimentos globalizados, em função de um mercado capitalista que atrai para os grandes centros urbanos, culturas outras que se encontram e se estabelecem através de seus representantes, para a conquista de uma qualidade de vida.

Nesse processo, a escola torna-se um espaço com maior abrangência de sujeitos adversos à cultura local, cabendo aos seus gestores, desenvolver práticas e ações pedagógicas que venham a abraçar e integrar de maneira igualitária.

Tais práticas evidenciam a construção de um currículo que apresente em seu entorno, aspectos de culturas que norteiam o ambiente em que a escola esteja situada. Dialogar através da cultura escolar, não pode ser compreendido como utilizar de uma monocultura que discute a homogeneidade e a padronização como imperadores do ensino/aprendizado. A sociedade contemporânea tem aclamado por aprendizados que venham estabelecer elevação das classes populares, diante da valorização de seus integrantes, com informações que revelem ações com capacidade de transformação e inserção destes nas relações sociais.

Além do currículo escolar, a gestão escolar com participação de seus representantes, podem estabelecer cultura comportamental para que a diversidade se movimente e usufrua de seus recursos didáticos e espaços de saberes, sem que haja hierarquização proveniente de seus aspectos diferenciados dos demais. A escola que inclui em seu contexto a diversidade cultural, é aquela que se apropria das diferenças sem reprimi-las ou ocultá-las. Aceita a todos e aplica ensino de maneira igualitária, levando em consideração o histórico de cada um, sua trajetória, habilidades e potencialidades. Reúne com o emprego de suas práticas pedagógicas, conhecimentos e informações do que se procede na realidade, e prepara seus alunos para conviver com senso crítico, construtivo e transformador.

O conservadorismo perde espaço nesse tipo de cultura escolar, e abre caminho para disseminação de uma educação de qualidade que aprecie os valores individuais, as especificidades e características psicológicas de cada aluno, para expressar seu potencial e desenvolver suas habilidades. A escola passa a reestruturar sua organização escolar, seu projeto político pedagógico, seus conteúdos, seus objetivos e cultura interna para alcançar de um ensino que produza desconstrução de preconceitos e atos discriminatórios, com ações, relacionamentos que espelhem convivência harmoniosa e acolhedora das diferenças.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Julio Groppa. Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summos, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FREITAS, Fátima e Silva de. A diversidade cultural como prática na educação. Curitiba: Intersaberes,

2012 . (Biblioteca Digital Pearson).

GOMES, Nilma Lino. "Diversidade cultura, currículo e questão racial. Desafios para a prática pedagógica". In: ABRAMOWICZ, Anete, BARBOSA, Maria de Assunção e SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs). Educação como prática da diferença. Campinas: Armazém do Ipê, 2006, p.21-40.

LOEWE, Daniel. Multiculturalismo e direitos culturais; trad. e rev. do espanhol para o português; NODARI, Paulo César; BASSO, Elza Monica Bonito. Rio Grande do Sul: Educus, 2011.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Educação Escolar e cultura(s): construindo caminhos. Revista Brasileira de Educação, n. 23, 2003.

MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria(orgs.). Multiculturalismo: Diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). Currículo, Cultura e Sociedade. São Paulo: Cortez, 1994.

VIEIRA, R. (1995). Mentalidades, Escola e Pedagogia Intercultura. In Revista Educação, Sociedades & Cultura, n.4, 127-147p. Edições Afrontamento, Porto.

MISKOLCI, Richard. Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. 2.ed. rev. e ampl. 2. reimp. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2015 – (Série Cadernos da Diversidade).

PINSKY, Carla Bassanezi (org). Novos temas nas aulas de história. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2009.